



27

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0313261-4**

**COMARCA** : Recife – 1ª Vara de Execuções Penais  
**IMPETRANTE** : Verônica Maria Matos  
**PACIENTE** : Durval da Rocha Silva  
**RELATORA** : Des. Alderita Ramos de Oliveira  
**RELATOR Substituto** : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida  
**PROCURADORA** : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

**EMENTA**

**PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA ANÁLISE DE CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA.**

I – Não configura excesso de prazo a mora razoável para a análise jurisdicional do pedido de livramento Condicional, quando a Vara de Execuções Penais está submetida a normas de eficiência do CNJ e demonstra que está cumprindo todos os ditames do Projeto de Eficiência do Conselho Nacional de Justiça.

II – Ordem Denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0313261-4 no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, **em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Relator Substituto**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0313261-4**

COMARCA : Recife – 1ª Vara de Execuções Penais  
IMPETRANTE : Verônica Maria Matos  
PACIENTE : Durval da Rocha Silva  
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira  
RELATOR Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida  
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

**RELATÓRIO**

Verônica Maria Matos impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, sem pretensão liminar, em favor de **Durval da Rocha Silva**, qualificado às fls.02, aduzindo que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que foi feito um pedido de livramento condicional à autoridade coatora no dia 26.03.2013 e até a presente data não obteve resposta.

Em suas razões, o impetrante alega o paciente cumpriu uma pena total de 11(onze) anos e 05(cinco) meses já unificada, tendo cumprindo mais de 07(sete) anos em regime fechado.

Não houve pedido liminar e a inicial não veio acompanhada com documentos, sendo solicitadas as informações do Juízo da 1ª Vara de Execuções Penais da Capital.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer às fls.20/23, da lavra do Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 25 de *Setembro* de 2013.

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Relator Substituto**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0313261-4**

**COMARCA** : Recife – 1ª Vara de Execuções Penais  
**IMPETRANTE** : Verônica Maria Matos  
**PACIENTE** : Durval da Rocha Silva  
**RELATORA** : Des. Alderita Ramos de Oliveira  
**RELATOR Substituto** : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida  
**PROCURADORA** : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

**VOTO**

Trata-se de ordem de Habeas Corpus liberatório impetrada por **Verônica Maria Matos**, em favor de **Durval da Rocha Silva**, aduzindo que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que foi feito um pedido de livramento condicional à autoridade dita coatora o MM. Juízo da 1ª Vara Regional das Execuções Penais, no dia 26.03.2013 e até a presente data não obteve resposta.

A 1ª Vara do Juízo de Execuções Penais da Capital prestou as seguintes informações (fls.15/16):

“(…) No dia 24.04.2009 o então Juiz Titular desta Vara concedeu o Livramento Condicional ao apenado; já em 17.12.2012 foi protocolado pedido formulado pela Defensoria de Livramento Condicional em favor do apenado, tendo em vista que havia sido preso pelo cometimento de novo delito. Em 14.06.2013 este Magistrado proferiu decisão na qual foi revogado o Livramento Condicional em favor do apenado, tendo em vista que havia sido preso pelo cometimento, eis que pelo novo delito foi condenado em definitivo sendo o caso, portanto, de revogação obrigatória do benefício, no termo do art. 86, I, do CPB. Tendo sido o pedido de Livramento Condicional indeferido na mesma decisão, em face do comando estatuído no art. 88, do CPB, que prevê como efeito da revogação de Livramento Condicional a impossibilidade de ser novamente concedido. Em 18.07.2013 foi formulado em favor do reeducando, desta feita por intermédio de patrono particular pedido de remição de pena e progressão de regime, foi dado Visto ao Ministério Público que em parecer opinou favoravelmente à remição de pena, quando à progressão de regime, opinou pela realização de diligências. Os autos estão conclusos desde 12.08.2013. (...) É preciso esclarecer que ao ter sido implantado o Projeto Eficiência nesta Vara, objeto de relação protocolar entre CNJ e o TJPE adotou-se a diretriz contida no projeto segundo o qual os processos são rigorosamente encaminhados nesta Unidade Jurisdicional por **ordem cronológica de suas conclusões/cumprimentos**. Logo, não é exgero deduzir que o recurso presente busca tão somente um tratamento “excepcionalmente diferenciado” no âmbito da sistemática operacional



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

planejada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que aliás, já sinaliza com ótimos resultados de produtividade desta Vara, sobretudo na prestação jurisdicional humanitária e com absoluta igualdade entre aqueles que tem Defensor Público, Advogado ou simplesmente não tenha qualquer profissional atuando em seu interesse. Acrescentando que no primeiro quadrimestre de 2013, comparado ao mesmo período do ano de 2012 houve um acréscimo de 77% no número de decisões proferidas nesta 1ª Vara de Execuções Penais, ampliando assim a produtividade e firmando prova da eficácia do projeto implantando (...).”.

Diante das informações acostada nos autos, denota-se que inexistia desídia da autoridade coatora. Denota-se que a razão da demora em proferir sua decisão se deu diante da implantação do Projeto de Eficiência do CNJ na Vara de Execução Penal, o qual tem a finalidade de melhorar a produtividade da mesma e determina que os feitos sejam processados rigorosamente na ordem cronológica da conclusão.

Observa-se que o impetrante buscam com o *writ* tratamento “excepcionalismo diferenciado”, diante do plano de eficiência do CNJ que já demonstra resultados satisfatórios na referida Vara de Execuções que consta com um acervo de 15000 (quinze mil) processo em tramitação, não configurando o constrangimento ilegal guerreado.

Sobre o tema, trago à colação notícia bastante esclarecedora veiculada no site do TJPE, *verbis*:

“O juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, realizou, na tarde desta quarta-feira (15), uma reunião com advogados que atuam na área penal para apresentar as mudanças que aconteceram na vara, em cumprimento às exigências do Projeto Eficiência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, o magistrado apresentou a produtividade da unidade e explicou no que consiste o projeto.

Segundo o juiz, até dezembro de 2012, a vara possuía 13.957 processos. Em todo o ano foram 5.462 despachos de decisões e 944 sentenças. O magistrado assumiu a vara em fevereiro deste ano e promoveu, desde então, um processo de modificação que abrangeu a ampliação e reestruturação do espaço físico e práticas de trabalho dos servidores. Agora, cada servidor fica responsável por um grupo de processo e responde por suas movimentações. No total, existem 10 grupos. Na vara, trabalham 18 servidores atualmente.

As mudanças já apresentam resultados. De acordo com o magistrado Luiz Rocha, apenas nesse quadrimestre a vara apresentou um incremento de cerca de 80% nas decisões de despacho e 55% na prolação de sentença em comparação a todo o ano de 2012. De janeiro a abril desse ano, foram mais de 3.200 despachos de decisões, uma média de 802 por mês. Quanto à sentença, foram 489 até agora. O juiz ainda explicou que dão entrada, por mês, cerca de 250 cartas de guias. Esse



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

documento habilita o início da execução da pena.

Segundo o magistrado, a partir do último dia dois de maio, foi implantado, rigorosamente, o projeto de eficiência do CNJ. Um dos pontos diz respeito a ordem cronológica das ações. Ou seja, os processos devem chegar para o despacho com o juiz levando em consideração a data da sua entrada.

Para Luiz Rocha, essa mudança busca a igualdade entre a população carcerária. "Não importa se tem advogado ou defensor público. As condições serão iguais para todos. O que aconteceu foi a democratização e a humanização na prestação jurisdicional que a vara tem pra dar, na medida em que todos passaram a ser tratados de maneira igualitária", declarou.

Muitos advogados estão estranhando o tempo para ter seus pedidos apreciados, mas Luiz Rocha explica que os processos não estão parados. A questão é que já existem outros processos na vez, que deram entrada antes e devem ser atendidos primeiros. Foi para esclarecer essas dúvidas e explicar o que é o projeto eficiência que o magistrado se reuniu com os cerca de 30 advogados. Também estiveram presentes na reunião o presidente da comissão de prerrogativa da OAB e um representante da Associação de Advogados Criminalistas.

O juiz ainda agradeceu o apoio da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco e suas diretorias na realização de todas as mudanças na vara. "É importante ressaltar que esses resultados são consequências do trabalho em conjunto, dentro da própria vara com o apoio dos servidores e também com a Presidência do tribunal e suas diretorias", afirmou. As mudanças também foram implantadas na 2ª Vara de Execuções Penais em outubro de 2012.

**Projeto Eficiência**

Criado em 2011 pelo CNJ, o projeto tem por objetivo dar maior celeridade e qualidade ao serviço jurisdicional cartorário. Para isso, são implantados método e rotina de trabalho de forma racionalizada, padronizada e equilibrada."

[http://www.tjpe.jus.br/noticias\\_ascomSY/ver\\_noticia.asp?id=9308](http://www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/ver_noticia.asp?id=9308)

Além disso, o impetrante não acostou aos autos cópias de documentos essenciais á análise do pedido, quais sejam a carta de guia ou qualquer documento que comprovasse a detração da pena.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

Recife, 25 de *Setembro* de 2013.

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Relator Substituto**